

242

JUSTIÇA RESTAURATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS AFIRMATIVAS DE DIREITOS HUMANOS NAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS APLICADAS A ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS.

Thyelle Vidal Fonseca, Lúcia Capitão, Gisele Comiran, Iara Mara Moreira Martins, Nilmara Dias, Evandro Magalhães Davis, Diego Nakata, Beatriz Aguiñsky (orient.) (PUCRS).

Os recentes clamores pela redução da idade penal colocam em risco a conquista civilizatória representada pelo ECA no reconhecimento dos adolescentes em conflito com a lei em sua condição de sujeitos de direitos plenos e, ao mesmo tempo, em situação peculiar de desenvolvimento. Neste cenário urgem práticas sociais e institucionais que agreguem valores éticos e vigor político na fundamentação do significado social das respostas da esfera pública aos crimes praticados pela juventude brasileira, reafirmando a perspectiva de garantia de Direitos Humanos da qual o ECA é herdeiro. Neste cenário, a pesquisa investiga as possíveis contribuições da Justiça Restaurativa, introduzida experimentalmente no Sistema de Atendimento voltado para os adolescentes em conflito com lei de Porto Alegre desde 2005, na reversão de um quadro em que as medidas sócio-educativas parecem perder significado. Os achados da pesquisa indicam que práticas de Justiça Restaurativa no atendimento sócio-educativo podem valorizar a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a auto-expressão e exercício de autonomia de adolescentes, familiares, vítimas e comunidade na busca de alternativas de responsabilização e não de mera punição que geram significados para a sócio-educação. No entanto, quando princípios e valores da Justiça Restaurativa não são cuidadosamente respeitados, as novas práticas podem traduzir o velho conservadorismo das relações de poder que perpassam o atendimento sócio-educativo, onde decisões são tomadas sem que de fato a palavra e as necessidades do(s) mais diretamente afetado(s)/interessado(s) sejam levadas em consideração, podendo repercutir em vivências opressivas e de subjugação dos participantes.